

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Oziel de Souza Silva

**CANDIDATO ÚNICO: REFLEXÕES SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO
AGRESTE PERNAMBUCANO EM 2020.**

Artigo apresentado pelo discente Oziel de Souza Silva ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

RECIFE
2021

**CANDIDATO ÚNICO: REFLEXÕES SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO
AGRESTE PERNAMBUCANO EM 2020.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____/_____/2021, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, por todos os membros da Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

_____Not
a_____ Prof.ª Dr/a. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
(orientadora)

_____Not
a_____ Prof.ª Dr/a. Maria Gilca Pinto Xavier

_____Not
a_____ Prof.ª Dr/a. Roseana Borges de Medeiros

CANDIDATO ÚNICO: REFLEXÕES SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO AGRESTE PERNAMBUCANO EM 2020.

SINGLE CANDIDATES: REFLECTIONS ON MUNICIPAL ELECTIONS IN AGRESTE
PERNAMBUCANO IN 2020.

Oziel de Souza Silva¹

Prof^a Dr^a Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão².

RESUMO

O presente Artigo procura problematizar questões que envolvem relações de poder no Agreste pernambucano, a partir do Fenômeno da Candidatura Única as Eleições de 2020. Um fenômeno que foi vivenciado em 03 municípios desta Região e, mais precisamente, na cidade de Jupi, onde o mesmo ocorre pela terceira vez em sua história política recente. A metodologia é qualitativa, as principais fontes de pesquisa foi a revisão da literatura científica, especialmente a partir da base de dados Oásis e outros sites de publicações acadêmicas. Um dos principais conceitos que fundamentou a problematização é o Coronelismo e suas consequências no Brasil, no Nordeste, em algumas cidades do Agreste de Pernambuco e na Cidade de Jupi. Também foi problematizado novas roupagens e evolução do sistema sociopolítico de dominação. O estudo exploratório concentrou-se em levantar questionamentos frente novos meios de continuidade dos padrões de dominação, incluindo reflexões sobre as últimas Eleições Municipais e os efeitos produzidos no cenário social, econômico e político da região.

Palavras-chave: Coronelismo, Poder, Eleições.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the power relations in the Agreste region of Pernambuco, from the Phenomenon of the Single Candidacy to the 2020 Elections, in 03 municipalities of this Region and, more precisely, in the city of Jupi, where the same occurs for the third time in its history recent policy. Divided into 03 parts, where the First, in an introductory way, evokes the Objective of the dialogue about the emergence and interest in the subject. In Methodology, it was used as a research method carried out in bibliographic and scientific literature files, in the Scielo database (Scientific Electronic Library Online), Oasis and other sites through Bibliographic Research and questioning, from Exploratory Research and Media news sources about this phenomenon. The second part, focused on Academic Production, Conceptualization and the historical part of the emergence of Coronelismo and its action in Brazil, in the Northeast, in some cities in the Agreste region of Pernambuco and in the City of Jupi. The third part, which makes a parallel on the continuation of Coronelismo, from the perspective of a new appearance and evolution as a sociopolitical system, thus opening new influences adapting to the new means of continuity of patterns of domination, this being the Neo- Coronelismo, with reflections on the last Municipal Elections and the effects produced in the social, economic and political scenario in the region.

Keywords: Coronelismo, Neo-coronelismo, Elections.

¹ Graduando no Curso de Bacharelado de Ciências Sociais na UFRPE. E-mail: oziel.souza@hotmail

² Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. E-mail: mrfaleitao@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é problematizar questões que envolvem relações de poder no Agreste pernambucano, a partir do Fenômeno da Candidatura Única as Eleições de 2020, o que significa dialogar a partir de uma pesquisa exploratória de um fenômeno social instigante sobre os candidatos às eleições municipais em 2020. Trata-se da ausência de candidaturas de oposição às eleições, um fato social que ocorreu em 106³ municípios brasileiros, nas referidas eleições municipais. Neste contexto, observou-se, também, que destes 106 municípios, 03 são de Pernambuco: Alagoinha, Terezinha e Jupi, todos no Agreste deste estado nordestino. No Município de Jupi, o fenômeno se repete pela terceira vez, e destaca-se ainda por não haver candidatura de oposição ao atual governo, nem mesmo na Câmara de Vereadores.

O interesse sobre o tema foi despertado a partir do debate durante a disciplina Métodos Quantitativos do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais e, também foi estimulado por uma reportagem jornalística no Portal G1 PE⁴ escrita por Luiza Falcão (2020). A matéria mostra que há semelhanças entre os 106 municípios, uma delas é a quantidade de habitantes presentes na mesma faixa populacional, considerada pequena e possuindo um quadro de eleitores de até 25.000 indivíduos. Sintetizando, Luiza Falcão (2020) informa que mesmo assim, existem extremos em termos populacionais, a exemplo dos municípios de Engenho Velho, no Rio Grande do Sul, que possui apenas 1.000 eleitores e Pimenta Bueno em Roraima com 25.000 eleitores. Por sua vez, os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná, lideraram o número de cidades com apenas um candidato na disputa eleitoral de 2020. Jupi em Pernambuco, o Município objeto da pesquisa possuía em 2020, 11.748 eleitores, enquadrando-se no mesmo perfil apresentado, em relação ao número de eleitores. Nestes termos, a definição das eleições à prefeitura, ocorre considerando a legislação vigente.

Eleição. Prefeito. Maioria de votos. Interpretação do § 2º, do art. 1º, da Lei nº 8.214/91. I – Serão considerados eleitos o prefeito e o vice-prefeito com ele registrado que obtiverem maioria de votos (art. 1º, § 2º, da Lei nº 8.214/91). Tal norma não exige maioria absoluta de votos. Mesmo que se tratasse de município com mais de duzentos mil habitantes, não caberia falar de segundo turno de eleições com candidatura única a prefeito. Além disso, no primeiro turno de qualquer forma não seria computados os votos em branco (CF, arts. 77, §§ 2º e 3º, e 29, II). II – Inocorrência de violação de lei ou dissídio jurisprudencial. [...]”

(Ac. nº 11.402, de 14.10.93, rel. Min. José Cândido.)

³Dados disponibilizados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com base em informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

⁴<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2020/noticia/2020/09/29/tres-cidades-de-pernambuco-tem- apenas-um-candidato-a-prefeito-nas-eleicoes-de-2020.ghtml>

Os caminhos metodológicos envolvem a problematização do tema, que nos leva a refletir sobre o conceito de coronelismo e as novas estratégias de dominação sociopolítica. Para realizar o objetivo, realizou-se uma busca no portal brasileiro oasis.br a partir das palavras chaves “**coronelismo e eleições**”, encontrando-se 32 resultados, nos quais, 16 trabalharam o conceito de coronelismo. Desta forma, o critério de inclusão da amostra, ou seja, a variável de interesse foi coronelismo. O método, portanto, teve uma proposta quantitativa e outra qualitativa. A realização da análise de revisão sistemática para o conteúdo bibliográfico constatou a divulgação de 01 livro, 03 artigos, 02 teses, 07 dissertações e 02 trabalhos de conclusão de curso. Este quantitativo de publicações nos permite verificar a importância do tema no debate científico na atualidade, considerando que a maioria das publicações foram realizadas na última década.

Por sua vez, a pesquisa exploratória preocupou-se em questionar o fenômeno da candidatura única à prefeitura, para isso foi realizada uma busca sobre as Associações Comunitárias de Jupi município do agreste de Pernambuco, com a intenção de dialogar com pessoas da localidade, a resposta as demandas veio da Associação Comunitária Cultural e Educacional de Jupi-PE. Outras fontes de dados foram notícias midiáticas nos sites (IBGE,G1,TSE e o Senado), sobre candidaturas únicas em Pernambuco e no Brasil.

O texto está organizado em um levantamento do estado da arte do conceito de coronelismo, seguido de um debate teórico sobre o tema. Numa segunda parte do artigo, situa-se um breve resgate histórico sobre o coronelismo em Pernambuco e, por fim, uma reflexão sobre o fenômeno as formas de dominação sociopolítica presentes no fenômeno candidaturas únicas a eleições municipais em Pernambuco e algumas incursões no Município de Jupi, no qual foi realizada uma entrevista com a liderança de uma das Associações Comunitárias do município.

Conceito de coronelismo: produção acadêmica recente

A consulta ao portal oasis.br a partir das palavras chaves “**coronelismo e eleições**”, nos permitiu elaborar o seguinte quadro:

Quadro 1: Revisão da literatura Portal OASISBR⁵

Autor/A	Título	Ano Publicação
Santos, Maria de Lourdes dos	O Cajado de Mentor: mídia, eleições e coronelismo eletrônico no Brasil	2017 Livro

⁵ Informações sobre o Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto - oasisbr é um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Por meio do oasisbr é possível também realizar buscas em fontes de informação portuguesas.

Castilho, Marcio de Souza	O sistema de radiodifusão nos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro.	2020 Artigo
Andrade, Ítalo Rômany de Carvalho	Neo-coronelismo e o discurso popular no Nordeste: uma análise folkcomunicação nas eleições na Paraíba	2018 Artigo
Bezerra, Agamenon	Populismo, coronelismo e município na era pós-Vargas (1946-1964)	2013 Artigo
Couto, André Luiz Faria	Do Império à República: a vida política no município de Barra Mansa	2016 Tese
Carregosa, Antônio Santana	O mandonismo local e a política no sertão da Bahia: o caso do município de Paripiranga	2015 Tese
Borges, Pedro Pereira	Poxoréu: percursos histórico-políticos	2012 Tese
Moraes, Renato Ferreira de	Assistencialismo e espetáculo na TV do RN: afetos encenados no discurso de Carlos Alberto de Sousa	2019 Dissertação
Almeida, Alderico José Santos	O processo eleitoral e a reprodução de grupos políticos no Maranhão: embates recentes	2010 Dissertação
SANTOS, A. S.	Um Republicano Histórico no Espírito Santo da Primeira República: a Carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887-1913)	2009 Dissertação
Zanoni, Daniela Benato	Determinantes capazes de nortear o voto do povo brasileiro: um estudo histórico sobre o comportamento de políticos e eleitores	2006 Dissertação
Pessoa, Cleber Fernandes	A democracia delegativa no Brasil: uma análise comparativa das relações executivo-legislativo nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Fernando Collor de Mello (1990-1992)	2000 Dissertação
Tonet, Luciano	A violência, a corrupção e a fraude eleitoral: herança coronelista a ser corrigida por uma reforma política	2014 Dissertação
Salles, Alexandra	Do coronelismo ao neo-coronelismo: um estudo sobre a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho	2012 Dissertação
Riguette, Marcio	Atraso e modernidade na literatura de Monteiro Lobato	2016 TCC
Guimarães, Aline Fátima	"De bobo nós só temos a cara e o andado": representações do caipira no processo político eleitoral brasileiro no filme Tristeza do Jeca de Amácio Mazzaropi (1961)	2011 TCC

Fonte: Portal oasisbr

Todos os 16 textos acima enumerados trazem o debate teórico sobre coronelismo, evidenciam as diversas formas de abordagem a fenômenos que dialogam com o tema. Neste universo pesquisado, são quatro publicações que associamos coronelismo e/ou neo-coronelismo às linguagens midiáticas, os outros textos podem ser agrupados em diálogo com eleições numa abordagem história, a interação com a literatura e, também ao exercício de poder dos coronéis e as expressões de violências nesta forma de organização sociopolítica. Essas produções estão vinculadas as seguintes universidades: quatro na Pontifícia

Universidade Católica de *São Paulo*-PUC-SP, quatro na Universidade Federal do Ceará-UFC, duas na Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, duas na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE e duas na Universidade Federal de Uberlândia-UFU. São textos produzidos nos últimos 20 anos, mais de 50% na última década.

O jurista Vitor Nunes Leal cunhou o termo Coronelismo e, não se pode falar deste conceito sem citar a obra “Coronelismo, enxada e voto”. Vale salientar que o autor afirma que seu objeto de pesquisa foi o sistema, e que a figura do Coronel foi incluída por se constituir em um componente que faz o sistema oligárquico funcionar, ou seja, a estrutura social, econômica e política que configuram as relações de poder, estão centralizadas especialmente em uma pessoa. Relações de poder características da Primeira República no Brasil (Leal, 2012), o autor complementa sua análise sobre o fenômeno, afirmando que: “Concebemos o Coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada (...) o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência dos chefes locais, notadamente, os senhores de terras.”(Leal 2012, p.23).

Outro autor importante para problematizar as relações de poder no Brasil é o José Murilo de Carvalho, (1998) que escreve sobre coronelismo, mandonismo e clientelismo, e relaciona a confluência de um fato político e uma conjuntura econômica. O autor destaca que o denominado Coronel, consiste em uma pessoa com o poder quase que absoluto sobre um território e sua população, poder geralmente exercido por latifundiários, comerciantes, médicos e religiosos e complementa que os dois fundamentos do coronelismo incluem a propriedade de terra, o poder exercido pelos proprietários de terras e, conseqüentemente o controle dos votos. (FORJAZ, 1978)

Sobre a forma como os atores políticos pactuam no clientelismo, José Murilo de Carvalho (1998), afirma que se estabelece uma relação entre as pessoas, onde o político oferece algum benefício, e uma das ‘dádivas’ mais comuns são os denominados “cabide de empregos”, na qual se troca o voto pela garantia ou promessa de um vínculo empregatício, geralmente nas instituições públicas, ou seja, exige-se fidelidade no voto.

Outro conceito importante para a compreensão do que é o Coronelismo é o Patrimonialismo, que tem sua definição desenvolvida pelo sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), em sua obra *Economia e Sociedade* (v.1, 2000), associadas às tipologias de dominação do indivíduo, destacando a dominação tradicional, o qual também aborda uma concepção de poder, em que as esferas pública e privada, confundem-se e se tornam quase

indistintas, porém com a identificação a apropriação dos recursos públicos em detrimento do privado. Sendo assim, de forma mais simples, o Patrimonialismo, apresenta-se quando um líder político assume um cargo na esfera pública e cria instrumentos de controle, que permitam que a estrutura estatal, satisfaça suas necessidades pessoais e privadas.

No cenário brasileiro, o escritor Raymundo Faoro, (2001), em sua obra, “Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro”, publicado em 1958, resgata as raízes históricas brasileiras oriundas de Portugal, desde o Brasil-Colônia:

De Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado — o capitalismo político, ou o pré-capitalismo —, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo — liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi. (FAORO, 2001, p.865)

Relacionado ao Patrimonialismo, temos outro fenômeno sociopolítico, que é o Paternalismo, onde o líder apresenta-se como um “pai” adquirindo a condição de chefe e guia de uma massa, que o considera o “salvador da pátria”, o que Weber destaca como Dominação Carismática, “há a autoridade do dom da graça, (carisma), extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal, e a confiança pessoal na revelação, heroísmo e outras características pessoais” (WEBER, 1982, p.99).

Manoel Leonardo dos Santos, (2004) no artigo “O município na Política Brasileira: Revisitando Coronelismo, Enxada e Voto”, dialoga com as concepções publicadas por Vitor Nunes Leal:

Num país grande como o nosso, de características geográficas e econômicas tão diversificadas, se as províncias fossem dotadas de amplos poderes, poderiam suceder que em alguma delas o trabalho livre pusesse termo à escravidão. E como não seria possível a coexistência no mesmo país, desses dois regimes de trabalho antagônicos, os escravocratas que dominavam o cenário político nacional, não podiam deixar de recorrer à centralização para resguardar, em todo Império, a continuação da escravatura. A centralização salvou a unidade nacional. Também “salvou a unidade do trabalho escravo, segundo a aguda interpretação de Hermes Lima.” (Leal 2012, p.78-80).

O fenômeno do coronelismo pode ser relacionado à prática da Guarda Nacional, criada em 1831⁶, que foi organizada nas Províncias e nos Municípios e acabaram sendo controladas

⁶(www2.camara.leg.br)

pelos senhores de terra, as patentes, onde a mais alta da Guarda Nacional, que era a de Coronel eram compradas e ocupadas pelo principal proprietário de terras.

(...) O coronel seria um elemento eminentemente eleitoral, cuja liderança política se exercitava em decorrência da sua liderança econômica; e o argumento para que o seu poder se legitimasse estaria no aliciamento de eleitores e no preparo das eleições. Todavia, a nível local, o coronel seria um organizador do seu mundo, inseparável da sociedade agrária, protetor do "camponês", para quem era o protetor e o mandão, e articulador da sociedade local ao sistema político, econômico e social. Dessa forma, o poder do coronel derivaria mais do seu prestígio e da sua honra social, tradicionalmente reconhecido, do que da sua situação econômica. (FORTUNATO. 2000, p.29).

O Coronelismo foi se desenvolvendo ao longo do século XIX, encontrando, no período da República Velha (1889-1930), condições favoráveis para prosperar. Na Região Nordeste, conviveu com o Autoritarismo, o Mandonismo, o Clientelismo e o Patrimonialismo. A seca, os isolamentos fomentados pela falta de estrutura, quanto aos meios de comunicação, colocaram a Região como foco de atuação dessas Lideranças, que surgiram como donos de vários espaços nos 14 Estados da região. Em Pernambuco, alguns coronéis se destacaram, tais como: Veremundo Soares (1878-1973) em Salgueiro, Chico Romão (1887-1964) em Serrita e Francisco Heráclio (1885-1974) em Limoeiro, dentre outros (CRISTINO JUNIOR, 2016).

Coronelismo no Agreste de Pernambuco

As alianças com a oligarquia, o voto de cabresto, as influências econômicas e políticas, além dos vínculos com as lideranças em Pernambuco, foram fatores, que marcaram a ação do Coronelismo neste Estado. Diante disso, e do objeto estudado fez necessário, um olhar sobre a Região do Agreste meridional pernambucano.

Com suas particularidades próprias de cada Região, o Coronelismo, adapta-se a Região do Agreste Meridional pernambucano, com a eficácia da questão territorial, onde parte de suas características já abordadas, tomam evidência e se materializam por intermédio de Coronéis da Região, tais qual o Coronel José Abílio de Albuquerque Ávila (1885-1969), da cidade de Bom Conselho, muito conhecido por ser amigo, protetor e fornecedor de armas a Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião (1898-1938). (JÚNIOR 2020, p.4 SOUZA, 2009).

Este Coronel José Abílio, recebeu seu título de Coronel, concedido pela Guarda Nacional, por intermédio de Dona Sinhazinha, esposa do Dr. Bento Borges, Deputado eleito de Recife, como reconhecimento pela ajuda na eleição de seu marido, demonstram as trocas de favores. (JÚNIOR, 2020, p.6)

Outra cidade de grande importância na Região é Garanhuns, conhecida como a “Suíça Pernambucana”, por seu clima frio e agradável, mas que ganhou destaque político a partir dos

enfrentamentos dos clãs Brasileiro e Jardim, que trouxe grande repercussão, no que se chamou de “a hecatombe de Garanhuns”, uma tragédia envolvendo assassinato e conflitos de grupos políticos e familiares.

Mário Márcio de A. Santos, (1992), em seu livro “Anatomia de uma tragédia: a hecatombe de Garanhuns” indica que no final do século XIX, havia uma liderança política de uma família na Região, onde Luiz Afonso de Oliveira Jardim e seu Irmão, Prefeito da Cidade Manoel Antônio de Oliveira Jardim, dominavam as questões políticas e administrativas da cidade (SANTOS, 1992).

Com o advento da aplicação da Política dos Governadores, idealizado, no Período da República Velha, surge no Distrito de Brejão, à época, pertencente a Garanhuns, uma nova liderança, capitaneada pelo ex-deputado, o Coronel Júlio Brasileiro. Com essa divisão de forças, era certo o confronto entre os correligionários e familiares, na disputa pelo poder, o que resultou na morte do referido Coronel e na vingança realizada pela viúva, senhora Ana Duperron, resultando em um saldo de 14 mortos (MORAES, 2012, p.39).

Outra cidade do Agreste Meridional pernambucano, que merece destaque é Canhotinho, que na década de 20, possuía como um de seus Distritos Jupí, cidade em destaque nesta pesquisa e que abrigou influentes homens, do Coronelismo Brasileiro, tais como o Coronel Caetano Vidal dos Santos, o Major Tiburtino Vicente da Costa e porque não se mencionar o Pastor Presbiteriano George William Butler, médico Americano que trabalhou como Missionário, na Região Nordeste, inicialmente no Maranhão, e logo em seguida em Pernambuco, em Recife e no Agreste Meridional, entre Garanhuns e Canhotinho. (VILELA, 2019, p.8)

A aproximação destes homens dá-se por intermédio de questões envolvendo saúde, religião e política. No caso do Major Tiburtino Vicente, era comerciante na cidade de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas, e devido a um desentendimento com um indivíduo, em uma briga corporal, se viu ferido por um tiro. Como não havia médicos na Região, procurou os cuidados do Dr. Butler na cidade de Canhotinho, famoso médico, protestante presbiteriano, que havia construído um Hospital na cidade e recebia pacientes de toda a Região. O Pastor presbiteriano Edijéce Martins Ferreira, (1987) em seu Livro “A Bíblia e o bisturi” escreve: “A atividade médica do Dr. Butler era estafante. Clientes vinham de toda a parte à procura de seus serviços, muitos deles trazendo casos gravíssimos. A carência de médicos na Região tornou conhecida a sua obra. Com isto, o número crescente de doentes reclamava um lugar próprio para o atendimento – um hospital”. (FERREIRA, 1987, p.84)

Perdendo todos os recursos econômicos que possuía, após várias cirurgias, o Major Tiburtino Vicente é assistido pelo Dr. Butler por um período, até que o comerciante e proprietário de terras retomasse sua condição de trabalho, o que tornou o médico um personagem de grande influência na Cidade, ocupando cargos de importância na sociedade.

Quanto ao Coronel Caetano Vidal dos Santos, tornou-se um defensor da, considerada na época uma nova seita que surgia na Região, o protestantismo, em detrimento ao Catolicismo, tornando-se participante da mesma, mesmo antes da chegada do Dr. Butler, sem perder sua condição de latifundiário, plantador de Cana de açúcar e café. Diante desta aproximação, o Médico Presbiteriano, conseguiu difundir os ensinamentos do Evangelho de Jesus Cristo, sob a proteção do Coronel, sem ter atritos com a Igreja Católica e a população, adquirindo condições de construir uma Igreja, uma Escola e um Hospital, com ajuda financeira dos Estados Unidos e fiéis abastados da cidade, como os mencionados acima. (VILELA, 2019 apud WILLIAMS, 1917, p.37).

Diante do sucintamente exposto, o fator histórico do Coronelismo e sua ação no Brasil, no Nordeste, e no Agreste pernambucano, denotam particularidades que nos remetem aos escritores que iniciaram suas pesquisas sobre esse fenômeno. Formas de dominação quase absolutas, se estendem até os dias atuais, envoltos em novas roupagens, mas fincados na dura realidade enfrentada por localidades desestruturadas e esquecidas pelo Estado.

Neo-coronelismo

A partir da década de 20, profundas transformações passam a mudar o cenário econômico e social do Brasil. O principal produto, ao qual o país exporta, que era o café, sofre, em virtude dos reflexos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e de um enfraquecimento de seu potencial de venda, que se agrava ainda mais com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929. (SALLES, 2012, p.29).

Entre os pesquisadores, não há um consenso, quanto às transformações políticas, a partir da revolução de 1930, que atingiram os “chefes municipais”, abrindo espaço para o surgimento de novos atores hegemônicos, criando assim duas linhas de interpretação (SALLES, 2012, p.30).

A primeira que versa a decadência do Coronelismo pós 1930, ligadas às modificações na sociedade brasileira envolvendo processos de urbanização e industrialização, além de reformas administrativas e políticas, oriundas do Governo Vargas, provocando o surgimento de novos grupos ligados à industrialização desde o início do século XX, assumindo de forma majoritária o Estado, resultando na perda da exclusividade na dominação política por parte da oligarquia agroexportadora (Leal, 1986, [1949] e Carvalho, 1998).

A segunda, presente em obras que mostram a continuidade do poder coronelista, onde mesmo com as mudanças advindas do Governo Central, não conseguiram romper com os antigos padrões de dominação. A manutenção do latifúndio e das relações de trabalho no campo não rompeu com as bases de poder (SALLES, 2012 apud ABRUCIO, 1998, p.54).

Sendo assim, os coronéis adaptaram-se a uma nova realidade brasileira na esfera política, pois o país continuaria deploravelmente mergulhado na desestrutura dos municípios, que ainda convivem com denúncias de execução, tortura, trabalho escravo, corrupção na máquina estatal, colocando o Brasil em estatísticas mundiais negativas relacionadas aos direitos humanos (FORTUNATO, 2000).

Entre 1937 e 1945, não houve eleições no Brasil devido à instalação do Estado Novo, porém o poder do Coronel prevaleceu, devido à tradição do Mandonismo e a honra social, adquirida antes do golpe de Getúlio Vargas. (SILVA JUNIOR, 2006, p. 34).

De qualquer modo não se pode reconhecer que a Revolução de 1930 possui papel importante na mudança de pensamento político, onde oficiais militares de baixa patente procuram a moralização das práticas políticas do país, porém esses revoltosos, não conseguem chegar ao controle do poder e as mudanças desejadas (SALLES, 2012, p.29)

Diante disso, “a insistência de São Paulo em apresentar candidato próprio, a despeito de ser a vez de Minas, ante o período de alternância de poder, denominado “café com leite” gerou uma rearticulação regional que desintegrou o antigo pacto hegemônico” (SALLES, 2012, apud ABRUCIO, 1998, p.41).

Mesmo com o estabelecimento do voto secreto, pelo Governo provisório de Getúlio Vargas, não encerrou o Coronelismo político pelo país, muito pelo contrário, eles se reinventaram a partir do desenvolvimento dos canais de comunicação, os Antigos Coronéis Políticos, transformaram-se em Coronéis Eletrônicos, que em lugar das propriedades rurais, passam a utilizar as propriedades de estações de rádio e televisão aberta com suas geradoras e retransmissoras como extensão e divulgação de seu poderio. (SANTOS; CAPPARELLI, 2005).

Um novo projeto de desenvolvimento econômico, político e nacionalista, toma corpo a partir do Golpe Militar de 1964, sendo fator preponderante para organizar um sistema de redes consolidadas trazendo uma rápida resposta aos interesses dos poderosos. Os escritores Sérgio Capparelli (2005) e Suzy Santos (2005) demonstram em seu artigo, “Coronelismo, Radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito” como se deu o início deste projeto:

Os militares brasileiros priorizaram alguns setores estratégicos da economia, investindo em infraestrutura para o desenvolvimento industrial acelerado e fortemente controlado. As telecomunicações estavam entre esses setores estratégicos

e foram fortemente privilegiadas. Durante os primeiros períodos militares, entre 1965 e 1972, foram criados a EMBRATEL, o Ministério das Comunicações e o sistema TELEBRÁS, possibilitando a implantação de uma sofisticada infraestrutura de telecomunicações que ligaria os quatro cantos do País, inicialmente por uma rede de micro-ondas, complementada depois por satélites nacionais e, mais tarde, também por extensas ligações físicas por fibras ópticas. Esses investimentos do Sistema TELEBRÁS favoreciam, no campo da comunicação de massa, a formação de redes de televisão nacionais. (CAPPARELLI; RAMOS; SANTOS, 1999, p.11).

Com isso, emissoras como a Rede Globo, assumem o principal papel de porta voz do regime militar, angariando com isso, pesados investimentos do Estado, tornando-se uma aliada de grande importância na divulgação dos ideais nacionalistas da época. Mesmo com a saída dos militares e a redemocratização, o primeiro Governo pós-ditadura, ainda possuía fortes ligações com o militarismo o que apenas fez continuar com a parceria, dando novos ares ao um Clientelismo político, mantendo agora uma relação entre os proprietários de canais de comunicação e os detentores do poder público.(SANTOS; CAPPARELLI, 2005).

Portanto, nas últimas duas décadas no Brasil, pode-se redefinir os Conceitos sobre Coronelismo de Vitor Nunes Leal, somando-se a inclusão de empresas de comunicação, em especial de radiodifusão, a fim de ser pensada uma nova dinâmica sob a ótica de um Coronelismo Eletrônico, onde as bases de troca permanecem, porém numa nova perspectiva onde o compromisso entre os chefes políticos locais e as empresas de comunicação consegue manter a audiência e a influência política como marcas da continuação do Mandonismo.(SANTOS; CAPPARELLI, 2005).

O grande marco desta aliança se faz notório a partir de 1985, quando um “Coronel” assume o controle do Ministério das Comunicações do Governo Federal, sob a indicação indireta do próprio empresariado das comunicações, Antônio Carlos Magalhães, cargo que ocupou entre 1985 e 1990, antes já havia sido nomeado Presidente da ELETROBRÁS, entre os anos de 1975 e 1978, no Governo Militar do General Ernesto Geisel. Eleito duas vezes Senador da República e Presidente do Congresso Nacional (1997-2001), assume a presidência da República, durante 08 dias em Maio de 1998, o Coronelismo havia chegado as maiores instâncias do Poder de forma direta.(SANTOS; CAPPARELLI, 2005).

Para se ter uma idéia do poderio deste Coronel Eletrônico, basta visualizarmos a cadeia de Empresas de Comunicação que o mesmo e sua Família controlam até os dias atuais: Rede Bahia de Televisão, afiliada da Rede Globo em Salvador e Região, TV São Francisco, afiliada da Rede Globo em Juazeiro e Região, TV Oeste, afiliada da Rede Globo em Barreiras e Região, TV Santa Cruz, afiliada da Rede Globo em Itabuna e Região, TV Subaé, afiliada da Rede Globo em Feira de Santana e Região, TV Sudoeste, afiliada da Rede Globo em Vitória

da Conquista e Região e TV Salvador, canal fechado por assinatura, transmitindo em UHF, além das Rádios 88,7 Bahia FM em Salvador, 102,1 FM Sul, em Itabuna, GFM Rádio FM em Salvador, além do Jornal Impresso Correio da Bahia, da Gráfica Santa Helena, da Produtora iContent e do Portal de Internet iBahia.com, dominando assim todos os seguimentos de comunicação no Estado, onde a relação entre afiliadas e a Rede Principal, constitui numa poderosa ferramenta do Coronelismo Eletrônico. (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p.9).

Por fim, até em Governos de esquerda, não houve a reformulação do setor de Comunicação, prevalece ainda os interesses ideológicos, que sempre se sobrepõem aos interesses dos Movimentos Sociais, e ao Coronel Eletrônico, o que importa apenas é a disseminação em massa de seu poder de influência, a fim de estar assumindo os principais cargos nas esferas municipais, estaduais e federais.(SANTOS; CAPPARELLI, 2005).

Reflexões sobre candidaturas únicas as eleições municipais no agreste pernambucano

Em pesquisa a publicações jornalísticas, em especial ao portal G1, 03 dos 184 municípios do Estado de Pernambuco, estão entre aqueles que também possuíram apenas um candidato disputando o cargo de prefeito nas eleições de 2020, fato que não aconteceu nas eleições de 2016, onde não houve registro de cidades com apenas um candidato, estes municípios são: Alagoinha, Jupi e Terezinha. (FALCÃO, 2020).

Em Alagoinha, 136ª cidade do Estado de Pernambuco, IDH 0,599, e que de acordo com o TSE, havia 12.476 eleitores aptos a voto em 2020 e sua população estimada conforme o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em censo de 2010 de 13.759 e estimativa de 14.718 habitantes. O atual prefeito Uilas Leal da Silva do PSB tentou a reeleição em uma coligação de 03 partidos, tendo seu antecessor, eleito para prefeito em 2008 e 2012 como candidato a vice, Maurilio Almeida, também do PSB com o slogan “Todos por Alagoinha”(Fonte: IBGE, 2010).

Na cidade de Terezinha, segundo as informações do IBGE onde afirma que possui pelo censo de 2010, 6.737 habitantes, sendo a 180ª cidade do estado de Pernambuco com IDH 0,545 e tendo um único candidato a prefeito, no que se evidencia que foi mais um em busca da reeleição o candidato Matheus Martins do PSB. Sua coligação reuniu 04 partidos, inscrita no TSE com “Por Amor a Terezinha”. O município possui 6.591 eleitores em 2020, e uma estimativa populacional segundo o IBGE de 7.198 habitantes. Faz-se necessário destacar que os dois candidatos acima mencionados, são integrantes do Partido do Governador Paulo Câmara, atual mandatário Estadual, o que nos remete a reflexão das trocas de favores, comuns no sistema coronelista. (Fonte: IBGE, 2010, TSE, 2020).

Jupi é a 185ª cidade do Estado de Pernambuco, ela possui 13.705 habitantes, conforme dados do IBGE do censo de 2010, localiza-se na Mesorregião do agreste pernambucano, com área territorial de 104,994 Km² e IDH de 0,575, está a 206,7 Km do Recife e tem a agricultura e o comércio como principais fontes de subsistência de sua população. (Fonte: IBGE, 2010, TSE, 2020).

A região onde se localiza a cidade de Jupi foi amplamente habitada por índios caetés, do idioma tupi, onde nessa localidade haviam espinhos chamados por esses nativos de Yupi, que significava “Espinho Agudo” dando origem ao nome deste município, que já pertenceu, como distrito aos municípios de Brejo da Madre de Deus, São Bento do Una, Canhotinho, Palmeirina e Angelim. Seu prefeito reeleito no último pleito eleitoral em 2020 é o Empresário Antônio Marcos Patriota com 42 anos, do partido DEM, o mesmo possui um patrimônio declarado ao TSE de R\$ 5.110.117,57, sua vice é Rivanda Maria Freire Lima Teixeira, do PSD, com 56 anos é assistente social; o presidente da Câmara é o Vereador Antônio da Colônia, do PSD e todos os vereadores mais a chapa majoritária são da coligação DEM/PSD, onde dos nove (09) vereadores que compõem a Câmara, seis (06) são do DEM e três (03) são do PSD, tendo esta como slogan: “Jupi no rumo certo.” (Fonte: TSE, 2020).

Dentre os 106 candidatos únicos nas eleições municipais de 2020 no Brasil, filiados em 23 partidos, verifica-se que a maior quantidade de candidatos únicos estava no MDB com 18, o PP com 14 e o PSDB com 12. Na Região Nordeste, 14 cidades tiveram apenas um candidato a prefeito no último pleito eleitoral, 01 na Bahia, 01 no Ceará, 01 na Paraíba, 03 em Pernambuco, 04 no Piauí e 04 no Rio Grande do Norte, com uma distribuição partidária de 01 do PC do B, 02 do PSD, 02 do Republicanos, 02 do MDB, 02 do DEM, 02 do PSB e 03 do PP, conforme informações publicadas pelo G1/TSE com um quadro da lista completa da Disputa pela prefeitura nas eleições de 2020, de onde foram identificados os municípios da região nordeste na tabela abaixo representada. (FALCÃO, 2020 e Fonte: TSE, 2020).

Quadro 2: Municípios do Nordeste com Candidato Único à Eleição Municipal

UF	MUNICÍPIO	NOME DE URNA DO CANDIDATO	PARTIDO	NÚMERO DE ELEITORES
BA	LICÍNIO DE ALMEIDA	Dr. Fred	PC do B	9.840
CE	JAGUARETAMA	Glairton Cunha	PP	15.475
PB	SÃO JOSÉ DO SABUGI	Segundo Domiciano	DEM	3.903
PE	ALAGOINHA	Uilas Leal	PSB	12.476
PE	JUPI	Marcos patriota	DEM	11.748

PE	TEREZINHA	Matheus Martins	PSB	6.591
PI	SIMÕES	Zé Ulisses	PP	10.895
PI	JUREMA	Kaylanne	MDB	4.497
PI	CARIDADE DO PIAUÍ	Toninho de Caridade	PSD	4.451
PI	SANTO INÁCIO DO PIAUÍ	Tairo Mesquita	REPUBLICANOS	3.298
RN	TENENTE ANANIAS	Larissa	PSD	7.362
RN	FRUTUOSO GOMES	Janda Jácome	MDB	3.944
RN	SERRINHA DOS PINTOS	Barbara Teixeira	PP	3.895
RN	VIÇOSA	Ramon	REPUBLICANOS	1.824

Fonte: Disputa pela Prefeitura nas Eleições de 2020

Em destaque no Quadro acima, observa-se a influência do Partido do atual Governador do Estado, o PSB, em relação às vitórias eleitorais nas cidades de Alagoinha e Terezinha, já em relação à Jupi, a vitória do DEM, confirmou o crescimento do Partido nessas eleições, partindo de 04 prefeitos em 2016 para 09 em 2020. (FALCÃO, 2020).

Caesar, (2020) informa que o cientista político Malco Camargos, professor da PUC Minas, explica que “a pluralidade é essencial para o fortalecimento da democracia”, que há necessidade de convivência com a diversidade, com as “visões de mundos diferentes, de biografias diferentes, faz parte do processo eleitoral, e quando isso não acontece, um dos princípios da democracia é violado, que é o princípio da competição e do direito de escolha do eleitor.” FALCÃO, 2020).

Em pesquisa ao site do TSE, a eleição no Município de Jupi, no pleito de 2020, apresentou um total de 9.602 votos (100%), dos quais 6.769 foram válidos (70,5%), sendo 1.413 votos em Branco (14,71%), 1.420 votos Nulos (14,79%) e 2.146 Abstenções (18,27%). Enquanto que o resultado para os Vereadores foi de 8.611 votos válidos (89,68%), Brancos 440 (4,58%), Nulos 551 (5,74%) e Abstinência de 2.146 (18,27%), demonstrando um maior interesse da população pelo voto aos integrantes do legislativo. (TSE: tse.jus.br/eleicoes-2020/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2020).

Para uma análise mais aprofundada ao tema, foi realizada pesquisa na Internet, ao qual foram encontradas 18 Associações Comunitárias voltadas, em sua maioria e funcionalidade, a Atividades de Defesas de Direitos Sociais, que visam minimizar as diferenças sociais, garantindo saúde, educação, moradia, trabalho, transporte, lazer, segurança e previdência social, além de proteção a maternidade, á infância e a assistência aos desamparados.

(BEVILACQUA, Helga, 2021). Sendo previstos no artigo 6º do título II e capítulo II (Direitos Sociais) da Constituição Federal, 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (<https://www.senado.leg.br,1988>).

Na tabela abaixo foram relacionadas às Associações pesquisadas:

Nome da Associação	Função Social	Ano de Fundação	Gestor
Associação Comunitária do Sítio Serrinha	Atividades de Organizações Associativas Ligas à Cultura e a Artes	16/08/1995	José Lúcio da Silva
Associação Comunitária de Colônia	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	22/08/1995	Jaelson José dos Santos
Associação Comunitária dos Sítios Barro Vermelho, Saco dos Bois e Santa Rosa	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	20/12/2000	José Herculano da Silva
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Chicurus	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	16/08/1991	Verônica Andrade de Barros
Associação Comunitária de Mulheres Produtoras Familiares do Sítio Grotão e Adjacências	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	27/08/2018	Valéria Fernanda dos Santos Silva
Associação Comunitária Cultural e Educacional de Jupi	Atividades de Rádios	20/11/2015	Alcione Beserra Lima Dias
Associação Comunitária de Cabo do Campo	Atividades de Organizações Associativas Ligas à Cultura e à Arte	17/07/1995	Cícera Lopes de Carvalho Silva
Associação Comunitária Nação Jovem – Aconaj	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	21/02/2008	Reinaldo Gomes da Silva
Associação Comunitária do Sítio Grotão – Acsg	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	12/09/1995	José de Melo Andrade
Associação Comunitária da Várzea das Raposas - Acovra	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	18/03/1994	Armando Severo Alves
Associação Comunitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Sítio Colônia Olho D'água – Acotrat	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	11/09/2014	Erisvaldo Santos da Silva

Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Sítios Santa Rita e Repartição	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	19/06/2013	José Braz da Silva
Associação Comunitária dos (as) Agricultores (as) Familiares do Sítio Azevem e Adjacências – Acoafa	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	18/02/2019	Maria da Paz Silva Soares
Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais dos Sítios Catonho, Lacre e Cagado – Acolac	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	30/08/2007	Renata Sobral do Nascimento
Associação Comunitária da Comunidade de Mulungu de Jupi – Acom	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	10/06/1991	Mauricéia da Silva dos Anjos
Associação Comunitária dos Sítios Bananeiras, Lage Grande, Água Branca, Repartição e Lagoa da Pedra	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	25/02/2011	Maria Madalena Pereira de Melo Silva
Associação Comunitária dos Sítios Mine, Imbira, Canhoto e Volta do Rio - Acomicav	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	01/12/2008	Dayana Gomes Santos Silva
Associação Comunitária dos Sítios Pau Ferro	Atividades de Associação de Defesa de Direitos Sociais	03/10/2008	Maria do Socorro Silva Brasil

Fonte: Sistematização realizada pelo autor da pesquisa

Os dados sobre as Associações apontam que 07 foram criadas na década de 1990, 05 foram fundadas na primeira década do século XXI e 06 foram instituídas na última década. Quanto às funções sociais, 15 são voltadas para a defesa de direitos sociais, outras 02 são organizações associativas ligadas à cultura e à arte e uma se propôs a realizar as atividades de rádio. Quanto às identidades expressas na lista das 18 Associações encontradas em busca online, verifica-se que tais entidades se identificam com moradores de diversos sítios, trabalhadores rurais, mulheres produtoras familiares, comunidades e ações nas áreas de Cultura e Educação. No que se refere à gestão das mesmas, 08 são lideradas por homens e 10 são presididas por mulheres.

Dentre essas, em 06 de julho de 2021, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a senhora Alcione Beserra (presidente da Associação Comunitária Cultural e Educacional de Jupi), entidade com CNPJ 23.903.386/0001-47, fundada em 20/11/2015 cujas atividades são: A Principal, 60.10-1-00- Atividades de Rádio e Secundárias 94.30-8-00- Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais. Seu contato telefônico foi encontrado a partir de busca na internet, juntamente com mais duas Associações, nos dados

das outras 15 Associações não constavam este tipo de informação, porém apenas a senhora Alcione Beserra respondeu a demanda de entrevista online, considerando as dificuldades de contato social devido à pandemia do nova Covid-19.

A representante legal da Associação possui Ensino Superior completo, pela UAG/UFRPE, e a princípio, ela explicou que a entidade surgiu com o propósito de ter a liberação legal de funcionamento de uma Rádio para o Município. Com a intenção de divulgar culturalmente os artistas da terra, além de programação voltada a educação. Esse desejo contou com a participação de amigos e vizinhos que comungavam do mesmo propósito e que indicaram a senhora Alcione ao posto de Presidente. Importante salientar que a Associação encontra-se sem funcionar por conta desta liberação não concedida pelo Poder Público.

A seguir, os relatos da citada presidente da Associação Comunitária Cultural e Educacional de Jupi. Quanto as suas atividades, a Associação, tinha a intenção de abrir espaços com debates, conversas, levantamento de idéias e problematização de questões pertinentes à comunidade. Devido a não liberação de funcionamento, como Rádio, a mesma ainda não consegue empreender suas atividades como o programado e desejado por seus organizadores.

Em relação ao comportamento dos candidatos, quanto aos pleitos eleitorais no município, a mesma afirmou que os Candidatos procuram favorecer a comunidade, oferecendo desconto em laboratórios, mediação em cirurgias, consultas médicas, locomoção a hospitais, ofertas de emprego, entre outros “benefícios”, além de apresentarem suas propostas de Governo, quase sempre pautadas em empregos, manutenção de estradas e melhoria da saúde, segundo a mesma, o problema é a concretização destas promessas de campanha.

Quanto à escolha eleitoral, segundo a entrevistada, os Gestores Municipais em Jupi, são escolhidos por sua condição econômica ou por serem parentes de pessoas ligadas a bastante tempo ao cenário político local, e a principal forma de recompensar seus eleitores é por intermédio do vínculo empregatício. Já em relação a não participação de nenhum candidato de oposição ao mandatário municipal, a mesma afirma que os mesmos não participaram do pleito eleitoral, devido a não disporem de uma condição financeira favorável a disputa com o candidato atual, e ao mesmo tempo qualificando sua administração como boa, pois mantém os órgãos públicos em funcionamento.

Encerrando, afirma que a Associação pela qual representa, não recebe nenhum tipo de colaboração ou ajuda por parte do Poder Municipal, alertando que, há outra Associação, com atividade de Rádio, que possui liberação de funcionamento em virtude de ter sido adquirida

pelo Gestor Municipal. Quanto à representação junto a Câmara dos Vereadores, a mesma afirma que a falta de uma oposição fiscalizadora, não é bom para a população, que não ver as suas demandas atendidas, ficando sem voz e vez, conformando-se com o que lhe é proposto. Portanto, na situação em que se encontra a Câmara dos Vereadores do Município de Jupi, todos os políticos são favorecidos estando do lado da situação.

Considerações Finais

O diálogo destacado no decorrer deste artigo com o objetivo de pesquisa que consiste em problematizar o fenômeno social que se refere a candidatura única às eleições municipais em 2020, especialmente a ausência de candidatos de oposição ao atual governo no pleito eleitoral, referente ao fato social que ocorreu em 106 municípios brasileiros e, em 03 municípios do Agreste Pernambucano, nas referidas cidades de: Alagoinha, Terezinha e Jupi.

Enfatiza-se que, devido à pandemia da Covid-19⁷ que sobreveio sobre a humanidade, tornou-se impraticável o deslocamento ao município de Jupi, em que este fenômeno da candidatura única se repete pela terceira vez, na qual neste último pleito não há nenhum político vinculado a partidos de oposição na Câmara dos vereadores, algo que parece já ser frequente, contudo, faz-se necessário a continuidade dos estudos nesta temática sobre o que vem acontecendo neste município, de modo que este episódio não se perpetue de forma habitual na história política da cidade.

Algumas questões serão aprofundadas em novos artigos, mas é possível reconhecer indicadores de forte controle social, evidenciada na dificuldade de uma Associação conseguir a liberação de funcionamento a fim de realizar as atividades de rádio, enquanto que a emissora do atual governante possui a liberação, demonstrando uma das formas de expressão de controle político e social nas estratégias de dominação dos prováveis, novos coronéis eletrônicos, que se utilizam, justamente, destes meios de comunicação, como marcos da influência da continuação do mandonismo e da perpetuação do poder das oligarquias, no município e pela região, servindo de alternância velada entre os clãs familiares, que vão se perpetuando no poder.

Constatam-se nos dados e na sistematização da literatura sobre o tema Coronelismo, que a dominação política em uma sociedade desigual, favorece a manutenção de relações de dominação unilaterais, mesmo em um Estado democrático. A exemplo da entrevista com a Associação Comunitária, que as formas de dominação apresentam novas roupagens, mas que denotam uma continuidade na concentração de poder político, demonstrando de forma velada

⁷A Covid-19 é causada por um coronavírus respiratório, o Sars-CoV-2. São até setembro de 2022, 684.866 óbitos e 34.563.920 casos conhecidos de Covid-19 registrados desde o início da pandemia.

o domínio da articulação e regência do sistema coronelista, apontando para tanto, numa repetição da candidatura única no município de Jupi. Ressaltando os mesmos resultados de outras cidades da região agreste de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual**. Pontos e Bordados. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CESAR, Gabriela. **Mais de 100 cidades terão um único candidato a prefeito na 'disputa' neste ano**. G129/09/2020, Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/09/29/mais-de-100-cidades-terao-um-unico-candidato-a-prefeito-na-disputa-neste-ano.ghtml>> Acesso em 02 mai 2021.

CRISTINO JUNIOR, Pedro Evânio Resende. **Política, Religião e Educação: relações de poder em Garanhuns (1955-1967)** Recife, UFPE, 2016.

EMYLLE, **Minha Cidade Canhotinho**. LW Agencia, Canhotinho PE, Acesso em 03/07/2021 as 22:00h

FALCÃO, Luiza. **Três cidades de Pernambuco têm apenas um candidato a prefeito nas eleições de 2020**. G1 PE 29/09/2020. Disponível em: globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2020/noticia/2020/09/29/tres-cidades-de-pernambuco-tem-apenas-um-candidato-a-prefeito-nas-eleicoes-de-2020.ghtml. Acesso em 02 mai 2021.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: FORMAÇÃO DO PATRONATO POLÍTICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro, GLOBO, 3.a edição, revista, 2001.

FERREIRA, Edijéce Martins, **A Bíblia e o Bisturi**. Recife, Casa Editora Presbiteriana S/C. 2ª Ed. 1987.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Coronelismo, enxada e voto(O município e o regime representativo no Brasil)**. RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 18, n. 1, p. 105-108, 1 jan. 1978.

FORTUNATO, Maria Lucinete **O Coronelismo e a Imagem do Coronel: De símbolo à Simulacro do poder Local**. Campinas, UNICAMP, 2000.

GRANI, Rodolfo, MARTINS, Alexandre e FALCÃO, Eduardo (org.). **Voto é marketing. o resto é política. Estratégias eleitorais competitivas**, Edições Loyola, São Paulo, 1992.

IBGE. BRASIL – PERNAMBUCO – JUPI. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/jupi/panorama>. Acesso em 30 mai 2021.

JÚNIOR, Álvaro Ferreira Tavares. **Coronelismo E O Poder Político No Município De Bom Conselho - PE**. In: Anais do XII Encontro Regional Nordeste de História Oral & Colóquio

"República, Cidadania e Direitos: 130 anos de lutas". Anais...Maceió(AL) Campus A.C. Simões / Universidade Federal de Alagoas - UFAL, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/historiaoralnordeste2019/217043-CORONELISMO-E-O-PODER-POLITICO-NO-MUNICIPIO-DE-BOM-CONSELHO---PE>>. Acesso em: 30/06/2021 às 23:30h

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

MORAES, Márcio André Martins de, **Garanhuns sob o símbolo do Sigma: O cotidiano dos Integralistas entre e o estado Novo (1935-1942)**. Recife, UFRPE, 2012.

SALLES, Alexandra **Do Coronelismo ao Neo Coronelismo: Um estudo sobre a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho**. Araraquara, UNESP, 2012.

SANTOS, Manoel Leonardo, **O Município na Política Brasileira: Revisitando Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro, UNESP, 2004.

SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. **Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito**. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). Rede Globo: 40 anos de poder e de hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA JÚNIOR, Waldemar Alves da, **O Coronelismo em Salgueiro: Uma Análise da trajetória Política do Coronel Veremundo Soares (1920-1945)**. Recife, UFPE, 2006.

SOUZA, Antônio Vilela de. **Lampião e seus protetores no Agreste Pernambucano, Garanhuns PE Dez.2009**. Disponível em: <<http://cariricangaco.blogspot.com/2009/12/lampiao-e-seus-protetores-no-agreste.html>>

Tribunal Superior Eleitoral. <https://www.tse.jus.br/eleicoes-2020/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2020>. Acesso em 30 mai 2021.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira **O centenário de George William Butler :a trajetória do missionário protestante e médico norte americano no Brasil**. Recife. UNICAP, 2019

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 1962

WEBER. Max, **Ciência e Política: duas vocações**. 14ªed. São Paulo. Cultrix, 2013.

WEBER. Max, **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: UnB, 1999, v.2, 580p.